

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ MATHEUS BARBOSA DE OLIVEIRA  
RENAN BELO ALVES DE LIMA

**OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E SEUS  
RESPECTIVOS AUXÍLIOS AO SISTEMA DE GESTÃO  
EMPRESARIAL**

RECIFE/2021

JOSÉ MATHEUS BARBOSA DE OLIVEIRA  
RENAN BELO ALVES DE LIMA

**OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E SEUS  
RESPECTIVOS AUXÍLIOS AO SISTEMA DE GESTÃO  
EMPRESARIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro Universitário  
Brasileiro - UNIBRA, como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

**Professor Orientador:** Prof. Me. Brian  
Victor Lima da Silva

RECIFE/2021

O48p

Oliveira , José Matheus Barbosa de

Os procedimentos contábeis e seus respectivos auxílios ao sistema de gestão empresarial. / José Matheus Barbosa de Oliveira; Renan Belo Alves de Lima - Recife: O Autor, 2021.

39 p.

Orientador: Me. Brian Victor Lima da Silva

Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação)  
CentroUniversitárioBrasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Ciências Contabeis, 2021

1. Contabilidade. 2. técnicas de gestão. 3. tomada de decisões. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. II. Título

CDU: 657

*Dedicamos esse trabalho a nossos pais.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, em primeiro lugar, a Deus, que fez com que nossos objetivos fossem alcançados e por nos conceber a paz, saúde e a honra de estar cursando, com empenho, o curso de Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA.

Agradecemos, também, aos nossos amigos e familiares os quais nos incentivaram e apoiaram nesta trajetória. Além do nosso professor e orientador, Brian Lima, pois nos plantou todo seu esforço e conhecimento para a nossa introdução neste trabalho.

## RESUMO

O panorama econômico brasileiro apresenta-se com frequentes modificações e, devido a isso, informações confiáveis, dados precisos, relatórios de legitimação e gerenciamento são alguns dos elementos os quais uma empresa precisa para assegurar uma adequada gestão. Assim, a contabilidade, com sua função de conceder ao gestor conhecimentos pertinentes, é uma ferramenta imprescindível para que quaisquer organizações perdurem independentemente da sua dimensão administrativa. À frente do atual cenário contábil das instituições e objetivando às respectivas transparências, esse trabalho possui como designio principal mostrar a relevância da contabilidade quanto às técnicas de gestão empresarial, auxiliando no combate de possíveis falsificações e, conseqüentemente, à corrupção. Dessa forma, buscou-se caracterizar as importantes atribuições da administração contábil; argumentar o crescimento de atividades da contabilidade em que direcionam a um perfil mais planejado e verificar as responsabilidades de controle aplicadas à contabilidade, de modo que contribuam na tomada de decisões. Por conseguinte, com base nos estudos bibliográficos, procurou-se escolher autores especializados no assunto, explorando determinados artigos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, dentre outros meios. Através do resultado da busca por informações, aceitou-se concluir que, por intermédio da análise de riscos e da inspeção dos fatos contábeis, foi possível impedir operações as quais pudessem comportar-se de maneira errada e fraudulenta. Logo, tornou-se significativo que os campos de atividades e suas respectivas funções passassem a ser consideradas como planos que objetivam as corporações, isto é, como estratégicas. À vista disso, a necessidade da atuação do setor contábil e do domínio interno, quanto à pesquisa de erros e fraudes, incube integrar obrigações primárias e básica estruturação.

**Palavras-chave:** Contabilidade; técnicas de gestão; tomada de decisões.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>3 A RESPEITO DA CONTABILIDADE.....</b>	<b>12</b>
3.1DISPOSIÇÕES BÁSICAS DA CONTABILIDADE: HISTÓRICO, CONTEXTO E FUNÇÕES.....	12
3.2 A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO CONTÁBIL.....	14
3.3 OS CAMPOS DE ATIVIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NAS EMPRESAS .....	18
3.3.1 Principais trabalhos desempenhados pelo contador perante uma Gestão empresarial.....	19
3.4 BALANÇO CONTÁBIL.....	22
3.4.1 O domínio interno no plano contábil.....	23
3.5 A PERCEPÇÃO DE POSSÍVEIS PROBLEMAS SOB UMA GESTÃO EMPRESARIAL.....	24
3.5.1 Demonstração e gestão do fluxo de caixa como instrumento de trabalho.....	25
3.5.2 Softwares de gestão contábil e fiscal para mais controle e redução de Perdas.....	27
3.5.3 Falsificações e corrupção.....	29
3.5.4 A ação da contabilidade associada às falsificações e à corrupção.....	31
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As aceleradas transformações em um mundo quase sem fronteiras, onde a globalização e o capitalismo dominaram quaisquer barreiras transculturais e transnacionais, acabam por causar às instituições, com ou sem fins lucrativos, diferenciados processos dedicados aos meios competitivos (ARAÚJO, 2017).

Atualmente, as determinações acarretam em empreendedorismo e pró-atividade, competências essas que abrangem as regras de organizações atentadas ao desenvolvimento. Essas entidades procuram maneiras de cada vez mais aperfeiçoar os recursos, assim como, a relação com o usuário dos serviços e/ou produtos, como forma de diferenciação em negócios alvos de concorrência (CHIAVENATO, 2014).

As empresas, de um modo geral, além de se desempenharem com condutas contemporâneas em que as diferem das atividades de grandes propriedades de competição, necessitam de obediência às condições legais as quais regulam suas operações. Isso quer dizer, é notório que os procedimentos gerados nas corporações, retratados em regulamentos com dependência direta ou não aos fatores monetários, englobam pontos analíticos os quais precisam de gestão garantindo sua legalidade. As ações, nessas situações, demandam de maiores exatidões para assegurar uma postura, de acordo com os princípios normativos os quais regem as instituições (ARAÚJO, 2017).

Ainda assim, ocasionalmente, metodologias empresariais podem se encontrar com decretos não tangíveis e adulterações os quais acabam manchando o nome da instituição. Logo, tais circunstâncias demandam de reposicionamento e imediata retificação às propostas adequadas de desenvolvimentos, conforme as leis e normas que regem a contabilidade no Brasil. O propósito passa a ser, conseqüentemente, o crescimento, contudo preservando o posicionamento adaptável às regularizações existentes (PEREIRA, 2018).

Segundo Castro (2018), técnicas de gestão passam a constituir o rol de serviços e deveres à frente das estratégias organizacionais como, por exemplo, o ciclo PDCA (planejar, desenvolver, conferir e agir), a matriz GUT (gravidade, urgência e tendência) e check diário, tendo em vista a melhoria de recursos, a diminuição de gastos e, por conseguinte, a potencialização de resultados. Além do mais, as



entidades necessitam manter-se ligadas às normas legais as quais possam certificar-se com ética e licitude.

Ainda de acordo com Castro (2018), a contabilidade é então enquadrada nessa condição de administração podendo levar em conta uma atuação unida às práticas institucionais e, dessa forma, tendo a capacidade de controlar e impossibilitar prováveis fraudes, como também, redução de erros. Logo, além das atribuições tradicionais da contabilidade, a mesma passa a ser percebida como um procedimento operacionalmente planejado, permitindo o êxito das atividades empresariais, regrada nos princípios éticos, legais e, até mesmo, sustentáveis. Assim, em algumas situações, pode ocorrer uma diminuição ou, até mesmo, a exclusão de autorias civis e penais.

Neste trabalho, o intuito é versar sobre o assunto tido como tema, os procedimentos contábeis e seus respectivos auxílios ao sistema de gestão empresarial. À vista disso, para a elaboração do mesmo, a complexidade do estudo está relacionada diretamente à problemática expressa pelas questões oriundas da seguinte designação, qual seja: de que maneira a contabilidade pode colaborar no combate às falsificações de documentos e à corrupção no centro corporativo (CARVALHO; VIEIRA, 2015).

É pertinente lembrar que o argumento para a escolha desse conteúdo pauta-se, sobretudo, em sua importância atual. Na verdade, interessam aos executivos e especialistas dessa conjuntura empresarial, assim como aos estudantes das áreas administrativas, contábeis e demais profissões que se estendem à gestão, representar em cima de estratégias associadas à esfera de negócios nos dias de hoje, pois a cada instante mostra-se moderno e competitivo. Então, identificar as características, os meios e facilidades de fazer uso da contabilidade, não somente perante o aspecto contábil, mas sob a perspectiva de gestão de negócios, demonstra-se como outra oportunidade de aplicação do assunto (ALVES *et al.*, 2017).

De fato, o campo de modificações e melhorias em vários segmentos de gestão, tais como, as áreas política, social e econômica, dentre outras, determina a imprescindibilidade da utilização de ferramentas as quais ajudem quanto à otimização e eficácia de atividades e resultados, dando prioridade aos princípios legais em que proíbem os exercícios ilícitos e técnicas inadequadas (CARVALHO; VIEIRA, 2015).

À frente dos fatos citados acima, a contabilidade vem para contribuir com o conjunto de dados e, conseqüentemente, com o controle de registros, beneficiando os estudos e procedimentos decisórios coerentes. Nesse caso, é de grande importância seu conhecimento de modo a prosseguir com a atualização do tema (CASTRO, 2018).

Perante uma visão prática, o estudo se baseia, relativamente, em verificar de que maneira a definição do estudo é determinada aos processos de controle os quais regulem e conduzam organizações em suas técnicas de gestão. Então, a temática mantém seu objeto de interesse nas atividades próprias da contabilidade, predominando pelos resultados satisfatórios e evitando prejuízos na gestão empresarial.

Logo, diante do exposto, esta pesquisa tem o intuito de demonstrar a relevância da contabilidade nos procedimentos de gestão empresarial, auxiliando no combate às falsificações de documentos e à corrupção no centro corporativo. Além do objetivo central desta investigação, pretende-se também apresentar e descrever características das funções principais da gestão contábil; argumentar o crescimento de atividades da contabilidade que regulem de forma mais estratégica e verificar as atribuições de controle aplicadas na contabilidade as quais contribuem à tomada de decisão.

Para isso, este trabalho está dividido de forma sequencial, tratando da metodologia aplicada ao campo de estudo, posteriormente, uma revisão literária a respeito do tema e, por fim, as considerações finais referentes à pesquisa, assim como, possíveis sugestões de atuações contábeis dentro da alçada organizacional.

## 2 METODOLOGIA

Neste estudo sobre os procedimentos contábeis e seus respectivos auxílios ao sistema de gestão empresarial, as informações e dados levantados foram realizados através de pesquisas literárias e se deu pela apresentação de caráter qualitativa e descritiva, pois priorizou pela qualidade analisando os erros mais comuns. O método de procura eletrônica foi por via de livros, dissertações, publicações, teses, artigos periódicos e em revistas, associados à pesquisa.

O desenvolvimento do trabalho decorreu dos critérios conceituais feitos com base em análises, uma vez que foram aplicadas ideias e definições de diferentes autores, porém com características semelhantes ao nosso propósito.

Foram realizados, a partir de trabalhos publicados, conceituação sobre o tema e um levantamento sobre a existência e a regularidade de atividades, pois os mesmos disponibilizaram meios os quais ajudaram na descrição e solução dos possíveis problemas já identificados, como ainda, possibilitaram explorar áreas novas.

Foram destacados, também, a importância e o favorecimento do tema em estudo, analisado perante uma atual abordagem e perspectiva e, dessa forma, gerando novas conclusões. Ademais, a partir dos objetivos específicos estabelecidos, neste estudo, pôde-se apresentar de que maneira devem ser feitas a planificação de uma pesquisa específica acerca do objeto temático, tendo em vista os respectivos fundamentos para que se possa atingir o ponto principal.

### 3 A RESPEITO DA CONTABILIDADE

#### 3.1 DISPOSIÇÕES BÁSICAS DA CONTABILIDADE: HISTÓRICO, CONTEXTO E FUNÇÕES

Conforme Araújo (2017), o aparecimento da contabilidade pode estar relacionado à movimentação de bens, no qual o homem veio a demonstrar o interesse em acumular e, conseqüentemente, controlar os respectivos patrimônios. O citado autor também associa a expansão da contabilidade motivada pela Revolução Industrial, na época em que os recursos convencionais de fabricação artesanal enfrentaram grandes alterações, resultantes das modernas técnicas produtivas. Outrora à Revolução Industrial, era predominante uma contabilidade comum, de caráter apenas financeiro, com a finalidade em atender organizações comerciais.

A contabilidade, por muito tempo, se mostrou tão somente através dos balancetes financeiros, levando em conta o método de partidas dobradas para os lançamentos contábeis. Dado que as técnicas de produção passaram por reestruturações e, na época, com uma estrutura econômica de escala, o levantamento de resultados baseava-se apenas na apuração física de estoques e na contagem do faturamento, o qual resultava no somatório dos provimentos iniciais e das mercadorias adquiridas, diminuído dos provimentos finais (ARAÚJO, 2017).

Já a inicial evolução dos regulamentos e técnicas contábeis relacionou-se ao capitalismo e, apenas no começo do século XX, é que se nota uma ordem quanto às atividades contábeis, com uma formalidade mais direcionada ao acompanhamento de operações e monitoramento dos resultados. No entanto, só a cerca do ano de 1925 é que se aponta a contabilidade de custos, onde foi aprimorada com a chegada das funções analíticas. Ao longo do século XX, os parâmetros de auditoria, os fundamentos de contabilidade pública e os aspectos fiscais e tributários foram ampliados e praticados. Por volta de 1970, a argumentação a respeito de um panorama gerencial passou a ser integrado aos modelos de trabalho com o propósito de contribuir para tomada de decisões (FRANCO, 2013).

Ainda em 1970, segundo Franco (2013), a contabilidade acabou atribuindo propriedades típicas de um sistema administrativo, com conduta proativa ligada às perspectivas planificadas, em que se ordenem os procedimentos, prazos e metas.

Nesse período, se discutia sobre a contabilidade de custos, identificada pela responsabilização dos registros e pela determinação ou não dos dados financeiros, importantes às ações de uma organização. Para tal, estruturas sistemáticas de custos e metodologias de classificação, dentre outros padrões, eram conceituados em concordância com os atuais princípios legais e com as normas doutrinárias.

Logo, com o passar do tempo, uma nova conjuntura foi sendo planejada e construída com o objetivo de obter-se uma contabilidade concentrada em resultados, contudo passando por meio das áreas, processos, operações e, inclusive, no cotidiano das instituições. Nessa diretriz, encaixa-se a contabilidade com gestão, na qual pode ser compreendida como um âmbito especializado com diversos procedimentos e técnicas contábeis até mesmo conhecidos, porém com o plano de gestão ativo tanto nos preparos quanto nas avaliações monetárias perante o enfoque gerencial (CREPALDI, 2017).

Nesse ângulo da contabilidade incubem a observação e a composição aos planejamentos, em grande parte, estratégicos, buscando garantir resultados por via da aplicação adequada dos recursos. Posto isso, assimila-se que uma gestão voltada à atenção no seguimento da organização, não necessita ser realizada única e tão somente desde as informações do passado. Ao apreciar os custos, proporcionando dados relativos aos mesmos associados aos produtos, bens e serviços, isso acaba por influenciar as atividades, a começar pelas técnicas de custeio. Tudo em razão da reunião dos elementos oriundos tanto dos registros das ações padronizadas e recorrentes quanto aos pareceres e tomada de decisões de caráter planejado (SANTOS, 2018).

À frente do transcorrer histórico da contabilidade, na atualidade o que se adequa é o estudo e a elaboração às organizações, na tentativa de ratificar resultados mediante a utilização propícia dos meios existentes. Essa contabilidade é devidamente mais abrangente do que as obrigações funcionais produtivas, sendo a mesma a vertente que ajuda na tomada de decisões, com base em concedida análise, onde não é constituída apenas de registros contábeis, mas ainda por auxílios aos resultados (SANTOS, 2018).

Esse método assemelha-se às atividades de controle, tendo em conta que qualificar o real desempenho à frente do presumido no planejamento atribui-se ao ato de controle, logo promove a adesão de ações retificadoras (CREPALDI, 2017).

O querer de toda e qualquer empresa e o designio de algum gerente é expandir a produtividade, através da melhoria dos recursos e diminuição dos custos. À vista disso, a contabilidade acaba colaborando com as regulações entre as atividades exercidas, o valor de capital designado e os graus de retorno almejados. A contabilidade, ao ter como essencial finalidade a direção quanto à gestão institucional e suas transações precisa ser empregue, seja qual for a área da economia, tanto no setor privado como na esfera pública. Por direcionar diretamente sua atenção à gestão, responsabiliza-se pela precaução de possíveis problemas e fiscaliza os dados obtidos, auxiliando na tomada de decisões (CREPALDI, 2017).

### **3.2 A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO CONTÁBIL**

O avanço dos processos, frente às modernas tecnologias e os atuais parâmetros de condições de consumo, determinou o crescimento de recursos e regulamentos conciliáveis à vigente realidade. Consequentemente, métodos deliberativos passaram a contar com bases fundamentais para que as empresas, organizações e/ou instituições pudessem realizar suas atividades em locais de concorrências acirradas. Diante desse contexto, o domínio com os custos e sua respectiva gestão são inseridos como importantes elementos à administração das resultas de uma empresa. A definição como forma de atingir metas e fins se baseia nos conhecimentos de custos e suas análises, assim, é com essa percepção que o controle contábil de custos pode ser entendido, na atualidade, como necessariamente estratégico (SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

Segundo Araújo (2017), para o estudo estratégico, as atividades são denominadas como operacionais e organizacionais; já com relação aos custos dessas respectivas atividades, no que lhes concerne, são classificados como orientadores de custos correlatos. Assim, é possível destacar que a organização de custo de uma instituição, a amplo prazo, é determinada por razões estruturais e de cumprimento.

Desse modo, modernamente, perante o aspecto estratégico, entende-se por custo como sendo o valor dos bens e atividades consumidas na geração de outros bens ou trabalhos. A atribuição de conferir custos figura como uma função fácil, uma vez que explana somente a verificação íntegra dos recursos gastos e/ou usados pela empresa, assim como, a organização pelos serviços ou produtos

disponibilizados. No entanto, ao se cogitar as diversidades quanto aos meios de trabalho e a presença de despesas indiretas para auxiliar na produtividade de uma determinada empresa, dentre outras complexidades, nota-se que tais feitos não são caracterizados como de simples resolução (VICECONTI, 2018).

Assim sendo, corrobora-se que a contabilidade, que tencionava apenas pela análise dos números associados a um definido período relativos aos resultados, progredisse ao ponto de regular novas práticas as quais estabelecessem aspectos estratégicos. Essa evolução se uniu aos planejamentos de gestão empresarial. Logo, a representação deixou de ser só registro, mas passou a praticar os modos de antecipação e prevenção, para que de tal maneira houvesse um acompanhamento dos dados (VICECONTI, 2018).

Posto isto, é notório que a atuação gerencial estabelece relação com as propostas contábeis, principalmente com os procedimentos decisórios e de gestão monetária, sendo os itens, na sequência, tidos como algumas das finalidades nessa esfera agregada de custos e de orientação gerencial:

- Revisão de elementos e informações através de levantamentos sistematizados e constantes de produção, englobando números quantitativos relacionados à saída do material produzido e de estado permanente em depósito de matéria-prima;
- Reconhecimento de valores nas etapas produtivas, tanto de bens finalizados como os em preparo;
- Planejamento de demonstrativos com dados referentes às despesas e/ou consumos da produtividade, indicando e caracterizando tipos e partes integrantes do processo como critérios para cálculos de lucratividade e/ou de perdas/prejuízos;
- Preparação considerando trabalhos de controle baseados em estudos dos desempenhos de consumo, gastos e perdas, no mercado;
- Contagem e preparação quanto à estimativa do custo de um serviço, com detalhamento acerca dos consumos e despesas produtivas para poder demonstrar, desse jeito, os seus parâmetros de produção;
- Sugestão e designação da capacidade de produção, tendo em mente tanto o estado de equilíbrio quanto a competência física de ordenação e sistematização(SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

Ainda de acordo com Silveira, Dutra e Martignago (2018), além de tais finalidades, existem normas cruciais para que a contabilidade encontre-se direcionada como fundamento aos métodos decisórios, tais como:

- Composição e construção do valor para atividade de troca, de venda ou compra de bens e produtos;
- Identificação da utilidade de ajustamento às séries de produtividade, com a proposição, por exemplo, de remoção de algum produto ou de investimento e potencialização à frente de outras linhas;
- Levantamento de excelentes modos operacionais os quais se tenham em vista a estrutura interna do sistema e, também, a apuração quanto ao contrato de prestação de serviços tipificado mediante a terceirização;
- Estrutura de análise produtiva na percepção de crescimento, a começar da ampliação de demandas;
- Qualificação de processos em que mostre as melhores vias para obtenção de bens ou admissão de serviços, com o entendimento das ações de compra ou de locação, respectivamente.

Conforme tais argumentos e princípios, a gestão contábil é considerada como um embasamento à tomada de decisão, na proporção em que concede elementos às designações táticas, assim como se mostra como alicerçada à monitorização e controle de custos, demonstrando diretrizes parametrizadas preliminarmente nas referentes planificações estratégicas das organizações (ROCHA, 2017).

Seguindo essa linha, há de se levar em conta também a gestão de tributos, tida como componente do plano contábil, em conformidade dos fatos e recolhimentos, admitindo-se essenciais funções para a formação desse contexto. Então, a contabilidade age diretamente na análise fiscal dos encargos, efetuando verificações claras e retificações quanto às escolhas feitas. Outras ações, tão somente administrativas, podem ser dadas como importantes, ou seja, com suporte nos regimentos legais adequa-se em circunstâncias de interesse maior para a empresa. E além do mais, normas de caráter judicial podem ser aplicadas com intenções de enquadramento e diminuição de faixas para tributação (ROCHA, 2017).

Segundo Rocha (2017), outro desenvolvimento notado no campo das responsabilidades e funções da contabilidade alude ao uso da contabilidade de custos como recurso da contabilidade gerencial, onde se identificam atividades de



incumbência do setor contábil, como se podem verificar algumas dessas, na sequência:

- Administrar e fixar valores às estocagens;
- Auxiliar na determinação de um limite máximo para as diminuições de preço;
- Definir os bens mais rentáveis e não rentáveis;
- Identificar desperdícios, prejuízos e apropriações indevidas (roubos);
- Instituir conexões com operações financeiras;
- Desassociar o custo de produção de bens do custo da ociosidade;
- Ajudar no reconhecimento de valores dos bens, presumindo probabilidades de reduções de preço, descontos, dentre outras.

Tendo em conta sua máxima relevância, do que simplesmente os dados acerca dos custos e das medidas de desempenho das atividades, as informações devem ser adquiridas e estudadas dentro de um amplo contexto, dando importância também às finalidades estratégicas das instituições e aos resultados finais. Vale salientar que o panorama informativo gerencial deve estar mais à frente dos indicadores numéricos, por mais significativos que esses sejam, para assim ajudar, de fato, os procedimentos analíticos e deliberativos (ROCHA, 2017; SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

Alves et al. (2017) explica que para a contribuição aos planos de aumento dos desempenhos, no âmbito de uma atual gestão, é necessário que haja um crescimento quanto às análises onde são observados os elementos determinantes dos problemas existentes, para assim poder atribuir uma conduta de correção. Portanto, o método de informação da gestão contábil deve prover padrões ideais de avaliação.

O gerenciamento das instituições há algum tempo fazia uso, basicamente, de pareceres estatísticos, sem apresentar o conteúdo integrado, porém no vigente meio de sublimidade administrativa, faz-se indispensável relatórios complementares, com diferentes pontos de vista. A introdução a essa ideologia ocasionou importantes transformações na conduta gerencial, ao impor a participação e o empenhamento de todos. A análise e o acompanhamento dos resultados gerenciais e/ou administrativos de uma respectiva empresa não devem levar em consideração apenas uma ou algumas áreas e fluxos de atividades, mas também a organização

como um todo, na íntegra, ou seja, seu funcionamento, despesas, aplicações e os recursos operacionais (GIL; ARIMA; NAKAMURA, 2017).

### **3.3 OS CAMPOS DE ATIVIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NAS EMPRESAS**

Todas e quaisquer instituições que se prezem geram recursos e serviços, assim como, pautam propósitos e metas para servirem as demandas da sociedade. No tocante a isso, De Sousa, Rodrigues e Bilio (2019) expõe que a coletividade é constituída por entidades corporativas, com ou sem fins lucrativos, as quais proporcionam os meios necessários para o atendimento às pessoas. São serviços como alimentação, saúde, segurança pública, água e energia, entretenimento, controle de poluição, em todos os pontos da educação, comercialização, dentre outros, em que são dependentes das atividades organizacionais.

À frente dessas circunstâncias, as corporações são responsáveis por atingir finalidades as quais respondam à população, por intermédio de uma metodologia de planejamentos e procedimentos composta por conhecimentos, dados, informações, pessoas, espaço, instalações, tempo e capital (DE SOUSA; RODRIGUES; BILIO, 2019).

Logo, as companhias precisam de pessoas qualificadas, na área, propiciando domínio, técnica, estruturação, habilidade, eficiência e resoluções essenciais para o desenvolvimento e sustentabilidade dos trabalhos. Dessa forma, a representatividade dos profissionais em contabilidade é, progressivamente, relevante à sociedade, uma vez que os mesmos estão propriamente associados aos fluxos de elementos imprescindíveis às ações deliberativas das instituições (DE SOUSA; RODRIGUES; BILIO, 2019).

Os ramos do exercício do cargo contábil nas empresas são muito abrangentes, visto que é por meio da base de lançamentos, cálculos e contas que as organizações poderão fazer uma adequada planificação tributária, a começar pelas apresentações contábeis e pelo estudo de balanços, possibilitando analisar o avanço das receitas, do ativo e passivo, das despesas e custos, da rentabilidade e da lucratividade (BIASIBETTI; FEIL, 2017).

A contabilidade é um dos campos em que mais disponibilizam oportunidades para o trabalhista, portanto, o contador pode escolher se aperfeiçoa em

várias áreas. O profissional contábil pode praticar as suas funções na posição de contabilista autônomo ou liberal, de colaborador conduzido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de militar, de servidor público, de membro de alguma classe da corporação, de conselheiro ou de administrador de quaisquer empresas ou em diversas circunstâncias legítimas determinadas pelas leis, atuando em qualquer categoria funcional (BIASIBETTI; FEIL, 2017).

### **3.3.1 Principais trabalhos desempenhados pelo contador perante uma gestão empresarial**

Inicialmente, levanta-se a concepção de prévia instituição, posteriormente os gestores necessitam de estratégias administrativas, tornando-se indispensáveis a realização de admissões e o pensar nos quesitos de armazenamento, instrumentos, aplicações e outras questões. No centro desse combinado de aspectos e contemporaneidades, sucedem-se inúmeras medidas a serem tomadas, bem como, algumas obrigações podem dar-se despercebidas causando complicações futuras aos ativos como, por exemplo, a ausência de determinados registros, impostos ou levantamentos. Então, como organizador e dirigente dessas tarefas, é necessário ressaltar o contador como o responsável significativo para todo empreendimento, transação, comercialização e controle, além de outras funcionalidades (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

De acordo com De Sousa, Rodrigues e Bilio (2019), há múltiplas razões a serem consideradas na criação de uma organização. Devem-se deixar nítidos as metas e âmbito de operação da entidade, pois se precisa ter atenção aos assuntos pertinentes da mesma, tais como, a formação societária, em que lugar estará situada, o respectivo gênero jurídico, além do patrimônio geral e da planificação monetária. Todos esses pontos são determinados pelo conhecedor da contabilidade, fazendo-se substancial a existência e participação de um profissional com afinidades para iniciar o processo de abertura e funcionamento de uma companhia, até porque é com o próprio que o líder inter-relacionar-se.

A contabilidade existe em todas as categorias, desde uma gestão financeira individual até às instituições multinacionais, não ficando de fora as repartições públicas. Os seus campos de atuação englobam qualquer função onde requeira análise e controle, ou seja, é uma prática característica da própria sociedade. Vale

ressaltar que alguns ramos são extremamente representativos, o que faz desse estudo uma arte, uma parte da compreensão humana a qual está a todo o momento em crescimento para contribuir nas diferentes necessidades (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

Entende-se que o papel do contador vai muito mais adiante de somente administrar contas, isto é, seu exercício não se define aos fatores meramente técnicos e, numa esfera onde a informação tresdobra em pouco espaço de tempo, suas incumbências têm acompanhado as modificações pleiteadas por um mercado progressivamente mais competitivo. É necessário contemplar vários aspectos quando se almeja ter e preservar uma empresa, tais como, a designação de um profissional contábil competente, pois uma boa escolha faz total diferença para o meio organizacional em questão (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

Segundo Dantas (2017), outras tarefas tangidas ao contabilista remetem-se às argumentações acerca das mudanças societárias. Ademais, ainda são de sua competência os planejamentos, controles financeiros, orçamentos e demonstrações de caixa. Logo, é importante possuir um domínio de gestão respaldado em dados, na ordenação relativa às finanças, no relatório de contas, nos balanços mensais e nos fluxos contábeis anuais.

Até mesmo em situações em que as entidades entram com o requerimento de falência, os gestores responsáveis deverão efetuar uma sucessão de exigências, procedimentos e prazos, como também, preparar diversas declarações, dentre elas, o inventário, os cálculos de fechamento das atividades, a relação de recebíveis, o pagamento de credores e a divisão de bens, em casos de cessação da sociedade. Após ter feito todo o procedimento de liquidação, demanda-se, inclusive, que seja realizada a rescisão rentável e, em seguida, encaminhada à junta relacionada à comercialização, em anexo com as documentações fiscais, títulos de encerramento e registros de baixa aos devidos órgãos. Para a feitoria certa de todos esses processos, faz-se primordial o conhecimento, experiência, aptidão e serviços prestados de um profissional do ramo da contabilidade (BIASIBETTI; FEIL, 2017).

Desse modo, perante a temática em estudo, salienta-se que o contador pode exercer inúmeras funções para com as instituições, conforme apresentadas na sequência (DANTAS, 2017).

- Instauração de empresas -nessa fase inicial, o contabilista oferece orientação no que diz respeito ao modelo jurídico que a companhia deve adotar,

determina as licenças, procedimentos e autorizações essenciais, como o registro e o ideal regulamento tributário;

- Assistência e gestão - nessa etapa acontecem práticas dos levantamentos mensais e anuais dos gastos, informando sobre os vencimentos e mantendo os dirigentes cientes quanto às prováveis alterações das normas contábeis vigentes;
- Ação de assessoramento e consultoria - nesse ponto, os profissionais em contabilidade auxiliam as variadas entidades a disporem de melhores funcionalidades em relação às atividades, resolvendo assuntos típicos de gestão ou proporcionando análises a uma demanda a qual objetiva o seu aperfeiçoamento contínuo;
- Avaliação de mercado - nessa condição, o contador tem a competência de aferir o comportamento das organizações e averiguar possíveis fatores de falência ou desqualificação da produção de resultados satisfatórios, além de gerar conteúdo acerca da serventia do cálculo e estima do lucro, pela operação ou distinta singularidade de capital aplicado;
- Serviço de auditoria - o profissional habilitado poderá atuar em ações e trabalhos técnicos, tanto internos como externamente, de forma estruturada numa empresa, prestando o parecer e a apuração dos métodos e das funções que foram postos em prática. Tudo isso com o objetivo de conferir os fatos operacionais e a precisão dos registros contábeis e, em consequência, emitir uma avaliação;
- Fechamento da instituição - os gestores são avisados pelo contabilista quanto às etapas, prazos e requisitos os quais devem ser adotados para o encerramento das atividades (DANTAS, 2017).

Assim, é nítida a abrangência de um profissional da contabilidade, sabendo que, em geral, os gestores não possuem o entendimento a respeito da relevância e das vantagens que a área proporciona à organização. Logo, esse estudo corrobora com a melhoria aos aspectos financeiros e econômicos e a verificação não só do desenvolvimento, mas também de quaisquer adversidades surgidas (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

### 3.4 BALANÇO CONTÁBIL

As atividades do balanço contábil, conforme explica Araújo e Sanches (2016), possibilitam o cumprimento de normas definidas e regras vigorantes. Então, uma instituição diligente de seus procedimentos e resultados, de forma contínua e organizada, indubitavelmente atua com planos regulares, obtendo benefícios em suas transações.

O balanço, de acordo com Alves et al. (2017), deve ser entendido como uma análise fiscal e analítica dos sistemas e resultados. O acompanhamento contábil é o processo mais comum e encontra-se direcionado às técnicas da contabilidade, englobando auditorias e registros. Com o crescimento do quadro dos serviços de comercialização, surgiu uma nova função de checagem a qual passou a ser tida como criteriosa e, ainda, descrita como um meio na gestão das empresas, com perspectivas de prevenção de erros ou retificação rápida dos mesmos.

Já no que concerne o regime tributário, o levantamento qualifica o cenário e contribui para com as ações de lançamento como, por exemplo, o trabalho de assistência dada por profissionais e cabíveis enquadramentos às áreas de tributação. Assim, a auditoria é capaz de assessorar os recursos econômicos e monetários, com vistas de verificação das diretrizes e organizações para obedecer aos parâmetros de concessão e benefício, de modo geral. Vale pôr em evidência que as práticas contábeis devem seguir em conformação aos procedimentos legais, em vigência (ALVES *et al.*, 2017).

A auditoria contábil pode ser considerada de dois tipos, a constante ou regular e a circunstancial ou condicional, como explana Lizote et al. (2017). Para a primeira, nota-se o balanço de costume, determinado através dos programas da empresa. Normalmente, tem por propósitos a apuração das operações em comparação às despesas e rendimentos. Enquanto na segunda hipótese, apesar de apresentar semelhanças a primeira quanto à execução, é iniciada a partir do efeito ou reconhecimento de falhas.

Há também uma classificação do balanço, segundo Silveira, Dutra e Martignago (2018), como interno e externo. No interno, depara-se com o plano de auditoria da rotina operante de uma organização, ao passo que no externo, geralmente, responde-se pelas normas correntes, no que se refere às atividades financeiras para difusão do exame minucioso e sistemático, ou seja, a auditoria.

O balanço contábil tem que ser fundamentado em parâmetros e as análises são feitas mediante a conferência dos exercícios, com os dados daquilo que se tenciona administrar. Assim, as origens para tal, são as típicas técnicas e procedimentos existentes na instituição. Dessa maneira, conceitua-se que apesar do sentido da auditoria consistir numa estratégia contábil, seu domínio passa a ser marcado pelas táticas de gestão (SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

À vista disso, Lizote et al. (2017) corrobora que todo monitoramento deve ser observado como um recurso significativo de controle, tanto interno quanto externo, conforme já aludido anteriormente, compreendendo modelos normalizados os quais compõem as auditorias funcionais, de verificação, de elaboração eletrônica de informações e as contábeis.

Lizote et al. (2017) clarifica que no balanço funcional a origem dos levantamentos corresponde aos lançamentos contábeis em que são, na prática, estudadas as ações de cada área ou parte do sistema de uma organização e/ou empresa. A auditoria contábil representa o balanço, a avaliação e o parecer em relação às demonstrações financeiras e resultados, de um definido período. No tocante à inspeção por meio de técnicas de informática, a aplicação estabelece-se num monitoramento contábil eletrônico, com a ação simultânea de auditores profissionalizados e outros trabalhistas conhecedores dos dispositivos de processamento de dados, de forma que ambos tenham a possibilidade de gerar a análise do conteúdo empregado. Logo, a auditoria contábil surge tanto com foco de prevenção como de correção, para melhor eficácia dos relatórios de desempenho institucionais.

#### **3.4.1 O domínio interno no plano contábil**

As atividades destinadas ao controle financeiro, de acordo com Silveira, Dutra e Martignago (2018), possuem a primordial atribuição de condicionar balanços comparativos dos fatos previstos e obtidos, com delineamento e realização nas seguintes etapas:

- Compreender os objetivos e metas organizacionais;
- Observar e avaliar o quadro no qual a entidade atua, levando-se em conta as condições, internas e externas, tanto dos benefícios quanto dos riscos;

- Envolver-se com as medidas estratégicas para atingir os propósitos e os bons rendimentos;
- Aprender e difundir os planos de ações dinâmicas para garantir os resultados(SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

Assim, o domínio interno no plano contábil deve incluir as normas próprias do fluxo de caixa como recurso de função. Alguns autores expressam, além do mais, que os deveres específicos ao controle começaram sendo desenvolvidos na auditoria do caixa. A preparação desse fluxo de caixa supõe, antecipadamente, a determinação de alguns relevantes critérios, principalmente, na ocasião da sua organização dos lançamentos, tais como, estabelecer a projeção adequada, produzir o programa de contas e compor o plano integral do sistema; vale acentuar que sua finalidade consiste em apresentar as existentes disponibilidades dentro da instituição (SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

### **3.5 A PERCEPÇÃO DE POSSÍVEIS PROBLEMAS SOB UMA GESTÃO EMPRESARIAL**

O âmbito das transações e/ou comercializações, de aspecto global, leva à aparição de novas ideias e recursos, além de princípios atuais em que se presumem a precisão de uma melhor base no que diz respeito às informações contábeis nas empresas, com o conhecimento quanto ao uso de dados cada vez mais completos acerca das atividades e as circunstâncias materiais, patrimoniais e financeiras das organizações. Desse modo, a contabilidade apresenta-se com as atribuições essenciais de possibilitar os fundamentos necessários para uma tomada de decisão coerente e a análise de alternativas. À vista disso, com o progresso dos fatos, a diversidade encontrada nas deliberações deve dispor de igual nível de apoio contábil (ROCHA, 2017).

Num controle organizacional, deve-se identificar a significância dos objetivos e metas no cenário de comercialização, bem como, os procedimentos relativos aos padrões e modelos administrativos, aplicados nas conduções operacionais e de processos produtivos. A formação e direção de planificações dispostas pelos elevados níveis concernentes à hierarquia das entidades, compreendendo o estabelecimento de propósitos e os planos e ações a serem executados para



obtenção de seu êxito, têm como apoio as circunstâncias presentes e futuras do meio externo, como também as questões internas das mesmas (ROCHA, 2017).

Para Gil, Arima e Nakamura (2017), na gestão empresarial, o valor conferido ao processo de desenvolvimento das atividades deriva em uma instituição adequada, lógica, alinhada e operante. Para mais, o reconhecimento claro de estratégias e finalidades deve estar incluso no programa de relação da empresa, de forma a assegurar a transparência e o entendimento de todos em cima das pretensões e propostas organizacionais, tal qual a responsabilidade e contribuição que cada profissional, nas respectivas áreas, pode e tem que pôr em prática.

A nítida concepção das ocasiões externas em que se mostram no contexto econômico, alcançando-se conseqüentemente maiores rendimentos das mesmas, é viabilizada pela determinação da função e perspectivas, como ainda pela designação de metas. Essa metodologia ajuda na direção dos esforços de todos os colaboradores da companhia, para questões de importância comum. Por intermédio de sua realização, os íntegros membros da corporação tornam-se despertos quanto às obrigações, desígnios, técnicas, princípios, escopos gerais e funcionais, planejamento, objetivos e planos, envolvendo-se na criação dos pontos de serviços das diversas unidades as quais compõem a base institucional (SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

De acordo com Rocha (2017) e Silveira, Dutra e Martignago (2018), no tratar da gestão empresarial, interessa caracterizar em regimes gerais as atividades ligadas aos ramos gerenciais e financeiros, contidos por um conjunto de ideias, táticas e métodos que agregam o estudo de controle, administrativo e contábil, como outros âmbitos do conhecimento os quais se utilizam do direcionamento econômico, tais como a demonstração e gestão do fluxo de caixa, bem como, os softwares de controle contábil e fiscal para mais domínio e diminuição de perdas.

### **3.5.1 Demonstração e gestão do fluxo de caixa como instrumento de trabalho**

O demonstrativo do fluxo de caixa (DFC) é uma ferramenta de gestão a qual se mensura a quantia de dinheiro, com entrada e saída do caixa, em definido período, seja também nas aplicações financeiras ou contas bancárias em que a companhia tem comoliquidez imediata. Segundo Pereira (2018), seu primordial

objetivo é assegurar o pagamento de suas obrigações, no tempo exato, sem imprevistos em que necessitem valer-se do capital de terceiros.

É importante ressaltar que o fluxo de caixa ajuda na gestão da empresa através da avaliação, verificando-se a possibilidade da operação ocorrer. Para cada situação existe um resultado movimentando, quase sempre, o caixa. Toma-se, a título de exemplo, uma elementar aquisição de mercadoria, tendo essa a oportunidade de garantir um favorável desconto, dada pelo fornecedor, devido a compra ter sido concluída na modalidade de à vista, no entanto, o caixa não deriva de recursos para tal ação imediata. Logo, um gestor deve transacionar para alcançar o menor valor e realizar dentro das condições possíveis de efetivar os compromissos (PEREIRA, 2018).

Cada vez mais, os gestores se deparam com algumas adversidades para perdurar com a organização, em meio ao mercado. A ausência de recursos específicos e o elevado custo para apreensão de bens de terceiros, em conjunto com a omissão de controle, acarretam numa existência curta das instituições. Em períodos instáveis, o administrador precisa de informações concretas e tangíveis (VICECONTI; NEVES, 2018).

De acordo com Viceconti e Neves (2018), diversas companhias comprometem o total esperável para recebimento dos futuros períodos, para obtenção de insumos e bens. Assim, para uma entidade que tem um fluxo de caixa planejado e organizado, isso é de suma importância, em razão de poder presumir a quantidade que entra e sai.

O demonstrativo do fluxo de caixa (DFC) lançado possui como finalidade pressagiar receitas e despesas para um definido tempo futuro. Esses lançamentos são realizados conforme os anteriores períodos, por isso quanto mais períodos dispuserem para gerar a análise, mais ideal é o assentamento e/ou registro. Essas demonstrações acabam por contribuir para que o gestor saiba quanto terá disponível num tempo determinado, podendo ser a curto ou extenso prazo. As projeções custosamente irão alcançar uma completa eficácia, todavia o intuito é atingir o mais próximo da realidade, possibilitando uma melhor gestão das entradas e saídas de dinheiro e evitando desvios e erros (PEREIRA, 2018).

### **3.5.2 Softwares de gestão contábil e fiscal para mais controle e redução de perdas**

De acordo com Brito et al. (2017), um software de gestão contábil pode ajudar em inúmeros pontos, até mesmo colaborando na expansão das atividades de lançamento. Logo, aderir à prática desse software é ação relevante para economizar tempo, possuir dados afirmativos, precisos e com habilidade.

A reunião de todas essas informações contábeis de modo manual necessita de um tempo amplo, além da enorme probabilidade de erros. Salienta-se que a disposição dos dados estabelecida numa plataforma única, em que o gestor pode aperfeiçoar a direção das receitas e despesas, adquirindo maior domínio, é algo bastante adequado e produtivo (BRITO *et al.*, 2017).

É significativo caracterizar que um software de gestão contábil oferece vantagens a todos os âmbitos de uma empresa, viabilizando a análise e o controle das informações as quais auxiliam na tomada de decisões (BRITO *et al.*, 2017).

Um software de gestão contábil, primeiramente, condiciona as atribuições associadas ao controle econômico de uma organização e esse condicionamento é, precisamente, a estrutura das demais vantagens causadas por seu uso. Além do mais, estruturar todos os dados referentes às finanças, conseqüentemente, as técnicas direcionadas a essa gestão tornam o sistema mais ordenado, prático e célere (BRITO *et al.*, 2017).

Um dos fundamentais benefícios de um software de gestão é o método de armazenamento dos dados, além da acessibilidade que o mesmo possui, é possível constituir um coligado pelos relatórios sempre que imprescindível. Indubitavelmente, isso promove uma diferença competitiva, levando-se em consideração que o estudo dos detalhes pode levar às relações adequadas (BRITO *et al.*, 2017).

Conforme explana Brito et al. (2017), quando o controle contábil é elaborado manualmente, a chance de erros são bem significativas. Um sistema operacional acaba concedendo maior garantia, uma vez que, ao pôr os dados, o respectivo programa realiza os cálculos e mostra os relatórios com os elementos integrantes e essenciais. Evidentemente, o software pode apresentar falhas e/ou erros, basta um registro concebido a uma despesa equívoca. Para obstar esse tipo de cenário, devem-se preparar os envolvidos nas atividades contábeis, apresentando o concreto

valor de executar o lançamento certo no sistema. Ademais, o gestor precisa estar usualmente atento a todo fluxo ocasionado na companhia.

Vale ressaltar, a princípio, que o processo de gerenciamento admite todas as informações serem introduzidas somente uma vez, de maneira precisa e clara, assim distintos setores da empresa compartilhem iguais dados, sem demandar o provimento individual das áreas. Seja como for, tal prática impede retrabalhos irrelevantes. Através da disposição do hábito de atividades bem determinadas a todos, entre o software com programação contábil, automaticamente nota-se uma evolução quanto ao desempenho dos envolvidos (BRITO *et al.*, 2017).

Segundo Brito *et al.* (2017), softwares de gestão contábil agem na convergência de dados, dessa forma pode-se diminuir o tempo de manuseio de registros eletrônicos, já que todos os elementos relacionados à empresa são introduzidos minuciosamente de modo ágil e compreensível. Por conseguinte, reduz-se a quantidade de atividades manuais e poupa-se o tempo do pessoal, permitindo que os colaboradores concentrem-se em trabalhos mais táticos.

Não se pode deixar de mencionar a melhoria na tomada de decisão, pois um sistema operacional coopera para que os gestores possuam a acessibilidade necessária às informações para, assim, atingir os resultados desejados. Ou seja, um programa o qual conceda os dados de maneira contínua e possa traçar situações futuras, é capaz de auxiliar e muito em decisões mais adequadas por parte da empresa (BRITO *et al.*, 2017).

Logo, a contabilidade exerce significativo papel no comando dos resultados organizacionais, principalmente, na verificação e monitoramento de dados importantes para a tomada de decisões, no cenário da instituição, levando em consideração o macroambiente onde está introduzida. Por essa razão, seu central intuito, à vista disso, é alicerçar a gestão econômica assentada nas diretrizes para atingir os resultados esperados, previstos conforme as concepções financeiras existentes (GIL; ARIMA; NAKAMURA, 2017).

Entende-se, portanto, que sua incumbência situa-se não somente no lançamento das informações monetárias e contábeis, mas inclusive na assistência à melhoria de recursos, por via da análise e auditoria das resoluções relativas à economia da empresa, com vistas também à inclusão das aplicações de inúmeras áreas. Dessa maneira, provêm os demonstrativos de resultados financeiros os quais

forneem o balanço dos ativos, passivos e patrimônio das entidades (GIL; ARIMA; NAKAMURA, 2017).

Corroborando com igual pensamento, Rocha (2017) considera que o exercício da contabilidade na organização contemporânea é de máxima expressão. Até porque tal ação desempenha atribuição prevaecente, firmando medidas e designando recursos para o planejamento dos trabalhos funcionais, rentáveis, produtivos, financeiros, administrativos, dentre outros. Tudo isso através do processo de dados o qual analise a assimilação de especialidades e funções. Além do mais, executa com total esforço para atuar de modo definitivo nas deliberações dos responsáveis pelas instituições e deve ser corrente tanto na planificação quanto no controle, estabelecendo-se nos propósitos das estratégias de gestão.

As elaborações de planos sob uma gestão empresarial, quando feitos em pequeno prazo, podem contribuir para um domínio total das atividades e das demais ações, mediante as auditorias regulares. No entanto, metas e técnicas organizadas para cumprimento, em médios ou grandes prazos, podem requerer meios de monitoramento onde necessitem de máxima estrutura e, todavia, sujeitos de não serem sistematicamente assistidos. Evidentemente, terão seus procedimentos planejados, mas não tanto quanto na hipótese com operações mais rápidas (SILVEIRA; DUTRA; MARTIGNAGO, 2018).

Por isso, Gil, Arima e Nakamura (2017), informam que desde o instante em que as entidades passaram a criar atuais ideologias e saberes, com primores organizacionais, no começo de 1960, os deveres das funcionalidades contábeis foram claramente atingidos. Assim sendo, seu elementar desafio, nos últimos momentos, tem sido atribuir a base de decisões, levando em conta as informações analisadas e os registros contábeis.

### **3.5.3 Falsificações e corrupção**

O conceito de fraude engloba o ato intencional de um erro. Em todas as situações, o objetivo central é de conseguir alguma regalia e/ou benefício próprio, de forma proibida. Teoricamente, infringindo normas ou ainda defraudando pessoas e provocando modificações nos processos. Logo, tanto o desvio nos relatórios como a falsificação de documentos e dados são sinais demonstrativos de adulterações (PEREIRA, 2018).

Segundo Gonçalves e Coutinho (2018), ambas as referidas condutas citadas no parágrafo anterior, podem estar ligadas ou não às práticas imorais. Na verdade, a imoralidade acarreta no exercício de comportamentos ilícitos para que se obtenha o almejado de maneira ilegal. Em algumas circunstâncias, a ilicitude acaba integrando o básico costume e se torna em atividade inconsiderada.

Há de se notar, também, o quesito da falha ou do lapso de procedimentos os quais não podem ser tidos como fraudações ou elementos de corrupção. Até porque, na realidade, o problema está, por vezes, atrelado à desatenção ou ausência de habilidades para o desempenho da função. Contudo, existe a incorreção proposital onde registros são realizados de modo errado para favorecer futuras operações em que abrangem ações falsas. Regularmente, diversos autores discorrem de tais conjunturas como distorções e não incorreções (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

De acordo com Castro (2018), alguns processos apresentam maiores vulnerabilidades e são mais propícios aos erros, podendo daí ser o início das falsificações. É preciso que as organizações ao se constituir, detenham da certeza quanto às qualificações éticas e os fundamentos estabelecidos de seus quadros operantes, administrativos e diretivos. De análoga forma, as transações as quais não se sucedem em lançamentos oficiais e regulamentos formais, ficam suscetíveis às mudanças onde não estão previstas da maneira certa e legítima. Por isso, também a indispensabilidade da empresa reter seus controles em documentos, com práticas determinadas e execuções de técnicas estruturadas, de acordo com os princípios legais.

De Sousa, Rodrigues e Bilio (2019) afirma que a análise definitiva dos procedimentos e processos, através das avaliações de padrões e normas contábeis regulares, são caminhos os quais podem diminuir esse cenário defeso. Os atos, costumes, funções e atividades do controle intrínseco, introduzidos nas tarefas da contabilidade, são direções em que podem e devem fazer-se planejados e dotados por uma estrutura organizacional, com o intuito de garantir a revisão, caso se faça necessário, das operações institucionais.

### 3.5.4 A ação da contabilidade associada às falsificações e à corrupção

As ações da contabilidade, no domínio interno do designio, estão ligadas à redução das adversidades oriundas em sua respectiva área. Gradativamente mais, a essas tais atividades são atribuídas funções de relevância no ambiente de controle das transações. Essas operações, na grande maioria, estabelecem semelhanças com as provisões e os procedimentos monetários, no entanto, há casos de apropriação de rendimentos obtidos que não acontecem e que podem ocasionar deturpações no assentamento contábil. Do mesmo modo, trabalhos cabíveis a partir de materiais promissórios ou concessões pré-fixadas e que, depois, adquirem descontos não pressupostos, também precisam de ajustes. Outros pontos ainda podem mostrar algumas questões complexas como, por exemplo, os processos referentes à depreciação, retenções financeiras e técnicas, dentre outros (PEREIRA, 2018).

Castro (2018) evidencia o dever preventivo, de acordo com as ideologias e os princípios de controle e da contabilidade. Até então, com a finalidade de elevar temas os quais venham a solucionar falhas contábeis, os parâmetros mais observados são a solvibilidade geral e o aumento das dívidas de uma organização para com terceiros.

A solvibilidade geral (SG) serve para qualificar os encargos incumbidos com terceiros, requeríveis a qualquer período. Conforme elucida Castro (2018), a solvibilidade exemplar manifesta-se com o resultado, designando as exigibilidades a pequenos e grandes prazos. Porém, tem que se considerar que a análise separada do grau de solvibilidade não é o bastante para apontar se a regularidade da situação é adequada, aceitável ou regular. É necessário o estudo equiparado desse grau a uma sequência histórica de atividades, utilizando outros indicativos.

Já o que condiz ao endividamento com terceiros (ET), o mesmo apresenta a ligação do conjunto de bens de terceiros com o ativo integral. Castro (2018) explana que se cogitam as seguintes circunstâncias, descritas a seguir:

- Se o padrão indicador do ET for mínimo, maior será o potencial financeiro da organização;
- Se o padrão indicador do ET for máximo, menor será o potencial financeiro da organização;

- O ET perto de zero, indica que a organização está trabalhando praticamente com independência financeira.

Além disso, afere-se, segundo Castro (2018), o endividamento do patrimônio próprio o qual declara o nexos do capital líquido com o ativo total. O resultado de questões contábeis obtidas pelo posicionamento dessa base acaba por viabilizar algumas conclusões, como retrata o autor, relacionadas às condições de contribuição dada para determinado fim e as respectivas responsabilidades, a partir desses.

Outro indicativo levantado, com o objetivo de constatar e verificar os possíveis problemas contábeis, pertinentes às obrigações exigíveis e ao patrimônio líquido, é a chamada garantia de capital de terceiros. Essa apreciação admite conclusões significativas a respeito da instituição quanto as suas atividades, como uma forma de proteção aos que concederam recursos à mesma (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

Por fim, tem-se a liquidez geral, sendo tomada como último elemento proposto à análise, visto que aponta o potencial financeiro de uma organização, tendo em conta os direitos e bens e considerando os deveres firmados, sendo esse indicador um campo em que recaem notáveis adversidades na área da contabilidade, como informado por Castro (2018).

A análise dos resultados que se apura na ocasião da aplicabilidade de fórmulas, para a determinação dos indicativos mencionados anteriormente, acaba por beneficiar importantes fechamentos quanto às regalias e os patrimônios, isso em longo prazo e, na generalidade, como se depara o cenário atual da empresa, tanto em condições administrativas como, sobretudo, nos termos financeiros, atentando-se as suas capacidades de mercado (PEREIRA, 2018).

Logo, Pereira (2018) explica a obrigação da presença de auditoria contábil na verificação de falsificações, erros e métodos abrangendo qualquer tipo de suborno. A tarefa primária pela organização fundamental de controle interno e sua constante supervisão sobre propriedade e grau de cumprimento das regras é da gestão e das suas referentes categorias administrativas. Assim, compete à contabilidade reter a validação dessas informações e/ou dados.

Na realidade, a atribuição central não é a de identificar fraudes ou falhas, mas tomar as devidas precauções e impedir reincidências. Para tal, devem ser constatados os setores de risco, sendo determinadas algumas restrições e/ou



limitações para um apoio adequado. Para evitar fraudes, como também prevenir a corrupção, é de grande valia o exercício constante embasado em acompanhamentos e relatórios contábeis (CASTRO, 2018).

Contudo, considera-se que o ato de controlar pode, frequentemente, refletir em extensa escala em cima da universalidade da instituição, opondo-se ao aspecto exclusivamente contábil. A auditoria contábil vai mais à frente do quesito do domínio operacional para alcançar um nível planejado e, sucessivamente, estratégico. Afinal, ocupa-se com elementos e conhecimentos nessa percepção, sendo esses os conteúdos de trabalho. Tudo isso, com a finalidade dos procedimentos serem consolidados e, então, distinguidas as opções ideais para seguir como, por exemplo, novas resoluções a serem tomadas, menores ou maiores convenções a se processarem, ações de prevenção às possibilidades de falhas, dentre outras (GONÇALVES; COUTINHO, 2018).

Fundamentado em princípios da contabilidade, o panorama deve ser interdisciplinar, sendo isso uma das estruturas para a compreensão a respeito do controle econômico que, por sua parte, considera as metodologias e conceitos de operacionalização, conforme a apresentação sequencial:

- O padrão de controle deve atender um conjunto de determinações referentes às técnicas de gestão;
- A medida econômica é o alicerce para a tomada de decisões;
- O efeito econômico é o principal indicativo do êxito organizacional;
- Os dados solicitados pelos gestores são acertadamente amparados por processos de informações;
- A organização é formada sobre o desígnio da assiduidade;
- A organização é um sistema em contínua interatividade com seu meio (CASTRO, 2018).

Portanto, a relação interdisciplinar é validada pela junção de ideias dos âmbitos administrativos, econômicos e sistemáticos, dentre outros, determinando que a área contábil seja possuidora de conhecimentos para a devida realização das atividades (PEREIRA, 2018).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No cenário em que foram introduzidos e defronte ao contínuo progresso do meio tecnológico e econômico, percebeu-se o aumento da dificuldade de compreender e de gerenciar as atividades organizacionais, tornando-se essencial o fornecimento das informações fundamentais por parte do contador, para ajudar os gestores na tomada de decisões. Nitidamente, a esfera tecnológica carregou consigo diversas renovações tenham sido na caracterização do bem como na ideologia das instituições e, fossem elas, fabris, mercantis ou de serviços, requerendo sempre as relações de uma contabilidade gerencial.

Vale ressaltar que a contabilidade passou por mudanças, do mesmo modo que aconteceu no contexto social do qual integra. Tais alterações foram em virtude da promulgação de duas novas leis, a 11.638/07 e a 11.941/09, as quais nasceram da MP449/08. Essas leis modificaram diversos pontos da Lei 6.404/76, estando entre os centrais, a forma de ordenação das demonstrações contábeis. Como essas demonstrações são os fundamentais procedimentos que a contabilidade dispõe para viabilizar os dados aos usuários, achou-se imprescindível a prática de um estudo para verificar se, de fato, sucederam-se tais transições (DE OLIVEIRA, 2011).

As variações, nessa percepção, começaram a suceder, pois a partir do ano de 2007, mudanças foram inseridas na Lei 6.404/76, inicialmente através da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 que, segundo Giroto (2009), possuiu como propósito compor a intensa economia brasileira às transações internacionais. Adiante, aconteceram novas modificações as quais entraram em vigência a partir de 31 de maio de 2009, através da publicação da Lei 11.941, resolução da MP449/08. Ainda de acordo com Giroto (2009), a finalidade dessa segunda lei foi requalificar os pontos os quais se encontravam primitivos na Lei 11.638/07, em razão ao período em que o projeto da mesma permaneceu aguardando por avaliação e outorga.

As conversões constituídas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 foram decorrentes da incorporação do Brasil com as atividades internacionais, visto que com essa vigente realidade, apareceram vários fatos em que dados contábeis necessitavam serem encaminhadas ao exterior. Um ótimo exemplo para tais circunstâncias são as organizações as quais se encontram localizadas na Europa ou, até mesmo, em outros locais, mas que tenham dependência no Brasil, pois as próprias possuem a imprescindibilidade de obter os devidos relatórios de suas filiais,

consoante às necessidades, querendo-as estruturadas no protótipo internacional. Então, nessa acepção, a Lei 11.638/07 expôs as primeiras alterações, no entanto, alguns pontos requereram ajustes e isso se procedeu com a publicação da MP 449/08 que, conseqüentemente, derivou na Lei 11.941/09 (DE OLIVEIRA, 2011).

A contabilidade gerencial apresentou uma concreta importância quanto à origem de dados para análises, tomada de decisões e auditoria dos recursos internos, pois a mesma elaborou, informou, controlou e forneceu os elementos necessários para a funcionalidade da empresa, conforme apresentados abaixo:

- Conhecimento preciso a respeito do plano financeiro e econômico de uma entidade;
- Informações atuais e existentes, contabilizadas com integridade, clareza e em tempo ágil;
- Formação de propostas administrativas e monitoramento dos relatórios monetários, concentrando-se no parecer dos resultados;
- Gestão de insumos realizada pelo método de conhecimento gerencial;
- Criação e interpretação de documentos determinando os termos e benefícios;
- Viabilização de dados para o processo de gestão, processo deliberativo, planificação, aplicação, desempenho e controle da organização.

Logo, foi importante que as empresas viessem a tomar suas decisões com base nos dados concretos. Todavia, a maior parte das instituições, de pequeno e mediano porte, não tiveram sistemas gerenciais, tendendo, dessa forma, a elevar o nível de decadência das mesmas, inclusive, antes de atingirem dois anos de atividades. Para tal fato, o que muito cooperou foi exatamente a ausência de conhecimento e da capacidade informativa deste âmbito da contabilidade.

Evidenciou-se, então, que as informações motivadas pela contabilidade gerencial foram bastante pertinentes para contribuir na identificação e resolução das possíveis adversidades que a companhia pôde vir a enfrentar, no decorrer do seu exercício.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concluiu-se que a temática em estudo ressaltou a relevância, hodiernamente, quanto às aplicações da contabilidade num sistema de gestão empresarial. Perante um crescimento técnico, as modificações rápidas na administração global e demais outras causas colaboraram para um vigente exercício organizacional, pois as entidades necessitaram ficar contempas e manter os processos de acompanhamento e controle, através dessa ciência teórica e prática, abrangendo inclusive o funcionamento da auditoria contábil.

Constatou-se, no trabalho, que a contabilidade teve a função crucial no sentido de melhorar os aspectos financeiros e de monitoramento dos dados, tanto para ajudar nas ações determinantes como para garantir as orientações e diretrizes legais. Dessa forma, coube aos sistemas contábeis atuar, fundamentalmente, no alcance dos resultados organizacionais satisfatórios, com atividades de prevenção e correção, em que se fizeram o impedimento de adulterações e condutas associadas à corrupção, analisando registros e a segurança de documentos.

Assim, acentuou-se a imprescindibilidade do uso de estratégias, por parte das instituições, em que pretenderam perdurar à frente das mudanças de mercado e das experiências dos diversos concorrentes. Por meio objetivo do vigente gestor, a contabilidade então se apresentou como um recurso essencial, necessária para prevalecer os preferíveis procedimentos e rendimentos, com programas de transparência nas operações de domínio contábil, patrimonial e financeiro, de fato tendo contribuído na diminuição das adversidades.

A originalidade deste tema centralizou-se na argumentação das atividades da contabilidade, sendo incumbidos por demandas de serviços onde abrangeram demonstrativos, permissões e trâmites os quais compuseram a relação das funções institucionais. Com essa percepção, as descrições geradas e as práticas legais cometidas puderam resultar no desempenho, por fases de operação, como na auditoria das tarefas feitas internamente na companhia, referentes aos métodos e transações característicos, garantindo, desse modo, a retificação no que se concernem às propriedades, custos e demais indicativos de rendimentos.

No tocante das falsificações e corrupções, o quesito moralizador pôde ser notado, também, pelas ações da contabilidade, segundo as obrigações formais de administração interna. Tal interior controle integrou as práticas pertinentes às

finanças, dos demonstrativos aos gastos. As responsabilidades alusivas ao controle interno e fundadas pela contabilidade, de fato, compreenderam todas as metodologias, pois seus cuidados e ações agiram na diminuição de fraudes.

Dessa maneira, este estudo se dispôs a observar que, mediante a análise de riscos e auditoria das informações contábeis, foi possível coibir atitudes as quais pudessem levar às falhas. Consequentemente, tornou-se significativo que a área e suas atribuições passassem a ser consideradas como planos em que objetivaram a organização. Logo, a determinação da presença de profissionais da contabilidade e do subsequente controle interno, na verificação de falsificações, compôs obrigações primárias e básica estruturação.

Como proposta e colaboração a futuros estudos, o assunto tem uma grande série de elementos a serem previstos e averiguados, de maneira a proporcionar a análise em cima do tema. Portanto, por ter retratado um conteúdo de grande alcance, atual e de ampla importância, finaliza-se o trabalho sugerindo que novas revisões sejam feitas, com destaque para as informações de práticas legais e éticas, a partir das responsabilidades e desempenhos contábeis.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. C.; PEREIRA, C. A.; BORGES, W. G.; SANTOS, G. C.; CARVALHO, L. F. Auditoria interna em uma empresa atacadista: um estudo de caso na percepção dos auditores e auditados quanto às práticas de auditoria interna. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 5, n. 18, 2017.

ARAÚJO, I. P. S. **Introdução à contabilidade**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

ARAÚJO, J. A. O.; SANCHES, J. S. A percepção dos gestores de uma empresa do setor de autopeças estabelecida no Brasil frente atuação da auditoria interna. In: Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 9, 2016, RS, Passo Fundo. **Anais do IX Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**. RS, Passo Fundo: EGEPE, 2016.

BIASIBETTI, A. P.; FEIL, A. A. Análise do perfil do profissional contábil requerido pelas empresas do Vale do Taquari - RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 9, n. 1, p. 89-110, 2017.

BRITO, A. C.; OLIVEIRA, D. N.; RODRIGUES, E. C. A.; MENDES, M. A.; COSTA, T. B. S. A importância do uso de sistemas de informação: um estudo de caso em um escritório de contabilidade na cidade de Marabá-PA. In: Simpósio de Engenharia de Produção, 9, 2017, SE, Aracaju. **Anais do IX Simpósio de Engenharia de Produção**. SE, Aracaju: SIMPROD, 2017.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

CARVALHO, A. R.; VIEIRA, E. T. V. A importância da auditoria interna e do controle interno, na redução de fraudes nas instituições financeiras. **REPAE - Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 1, n. 2, p. 229-246, 2015.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Manole, 2014.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: Teoria e prática**. 8ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

DANTAS, José Jefferson S. **O contador e a assessoria contábil para as empresas: a relevância de um profissional contábil**. 16 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). PB, Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, 2017.

DE OLIVEIRA, Marcelo Luciano. **Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08): um estudo para verificar mudanças**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). PR, Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2011.

DE SOUSA, G. R.; RODRIGUES, I. T.; BILIO, J. H. S. Contabilidade gerencial: ferramenta de decisão empresarial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 9, p. 63-85, 2019.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

GIL, A. L.; ARIMA, C. H.; NAKAMURA, W. T. **Gestão: controle interno, risco e auditoria**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

GIROTTI, M. A migração das Normas Contábeis Brasileiras para o Padrão Internacional: especialistas analisam o processo. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n.175, p.7-23, 2009.

GONÇALVES, K. A.; COUTINHO, L. A importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas como ferramenta de tomada de decisão. **REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM**, v. 11, n. 1, p. 420-435, 2018.

LIZOTE, S. A.; SOARES, D.; MATEUS, E.; DIAS, E. C.; DE SOUZA, J. C. Percepção dos auditados sobre a qualidade dos serviços da auditoria interna. In: Semana Científica e de Extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Gestão, 1, 2017. **Anais da Semana Científica e de Extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Gestão**.v. 2, n. 1, 2017.

PEREIRA, A. D. **Auditoria das demonstrações contábeis - uma abordagem contábil e jurídica**.2ª Edição. São Paulo: Editora SaraivaUni, 2018.

ROCHA, Aécio Flávio J. **Auditoria interna, suas contribuições em uma empresa industrial de médio porte situada no município de Castro Alves-BA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). BA, Governador Mangabeira: Faculdade Maria Milza - FAMAM, 2017.

SANTOS, Marinéia A. **Contabilidade de custos**. 93 f. 2018. BA, Salvador: UFBA: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28063/1/Contabilidade%20de%20Custos.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

SILVEIRA, F. C.; DUTRA, A.; MARTIGNAGO, G. Avaliação de desempenho da auditoria interna: a perspectiva da literatura científica internacional. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 6, n. 26, p. 1-13, 2018.

VICECONTI, P; NEVES, S. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 12ª Edição. São Paulo: Editoria Saraiva, 2018.